

## **FORMAÇÃO DO PROFESSORADO E MUNDO DO TRABALHO: REALIDADE E PERSPECTIVAS NA ESPANHA E NO BRASIL**

**Naura Syria Carapeto Ferreira – UTP/Br**

[auraf@uol.com.br](mailto:auraf@uol.com.br)

**David Doncel Abad – U de Salamanca/Es.**

[davidoncel@hotmail.com](mailto:davidoncel@hotmail.com) .

**Emanuelle Milek**

[nudmilek@yahoo.com.br](mailto:nudmilek@yahoo.com.br)

**Resumo :** As determinações que se processam, hodiernamente, no mundo globalizado exigem políticas concernentes com a necessária formação qualificada, responsabilidades da profissão docente, condições de trabalho, entre outras. Exige, ainda, a gestão democrática da educação a fim de garantir a qualidade destas políticas. O texto resulta de duas investigações e apresenta considerações sobre estas questões em dois países de portes e configurações diferentes, Espanha e Brasil. Utiliza-se o método histórico-crítico que permite detectar as contradições existentes analisando as similitudes e discrepâncias.

**Palavras-chave:** formação; mundo do trabalho; gestão da educação

### **1. Introdução**

A compreensão de que a inserção no universo do trabalho e a realização profissional pressupõe, exclusivamente, a passagem por um processo de formação escolar mais dissimula do que explicita a compreensão da relação educação e trabalho. Esse entendimento, entretanto, é fundamental, quando se trata de definir os princípios norteadores da práxis de uma instituição escolar e, principalmente, de educação profissional, consubstanciados nos seus projetos pedagógicos.

Constituída no curso de um processo histórico, a relação educação e trabalho é um fenômeno recente, consolidando-se com a Revolução Industrial do século XVIII, a partir da Enciclopédia de Diderot e D’Alembert, onde aparece pela primeira vez descrito o quadro de ocupações da época e o que se deveria estudar para exercê-las. Portanto o atraso histórico de uma relação fundamental como esta, tanto quanto aos conteúdos escolares como quanto à formação propriamente dita e a destinação social, é de proporções gigantescas para o desenvolvimento do ser humano em geral, visto que é pelo trabalho, entendido como princípio educativo, que o homem produz a sua existência e se realiza como ser humano no conjunto da humanidade.

Considerando as relações sociais próprias das sociedades antiga e medieval, é perfeitamente compreensível o tardio estabelecimento da vinculação entre educação e trabalho. Nessas sociedades, essa relação era demarcada por um *apartheid* entre aqueles

considerados cidadãos e os que eram escravos. O poder era supostamente predestinado e o cultivo do conhecimento, privilégio das classes dominantes. Estas origens historicamente se perpetuaram, causando malefícios ao desenvolvimento da cidadania plena.

Entende-se que a educação e a formação para o trabalho não podem ser consideradas de forma isolada dos outros processos sociais, da estrutura da sociedade e do modo de produção no estado avançado, em todas as dimensões, em que se encontra, pois ela assume diferentes aspectos, papéis, compromissos e organização conforme o contexto histórico e as relações sociais em que se desenvolve. É preciso, então ter como referência, considerações sobre a sociedade, a estrutura social do modo de produção e a destinação educativa para a qual ela está orientada.

A escola, portanto, com os impactos das determinações que se processam no mundo globalizado está, de forma dinâmica, a exigir novos rumos no que concerne a formação, responsabilidade social, profissão docente, condições de trabalho, interesses e impasses na atual conjuntura mundial. Formar profissionais hoje para o mundo do trabalho que não dispõe de trabalho é, contraditoriamente, capacitá-los com o conhecimento no seu estágio mais elaborado num concreto real em que a esperança da produção da existência evidencia a cada vez menor possibilidade de trabalho. Consiste em procurar desenvolver nas crianças, jovens e adultos capacidade e competência de enfrentamento desta realidade no sentido de transformá-la.

No Brasil, a relação educação e trabalho e a formação para o mundo do trabalho, embora seja objeto de atenção e esteja garantida na LDBEN, está muito longe de ser concretizada. Um país que possui 184 milhões de habitantes, conforme o censo de 2008 do IBGE<sup>1</sup>, numa extensão territorial de 12,712 milhões de quilômetros quadrados por si só já “fala” dos impasses de uma administração da educação com a qualidade necessária à formação para a cidadania e o mundo do trabalho – princípios da Carta Magna da Educação Brasileira -. Esta tem sido a luta das sociedades científicas como ANFOPE, ANPAE, ANPED e CEDES, assim como a CNTE que têm envidado todos os esforços de mobilização para viabilizar a produção de políticas públicas intencionais e operacionais para vencer este déficit.

O atual governo, para tentar responder às necessidades urgentes implantou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) agregando 30 ações que incidem sobre

os mais variados aspectos da educação em seus diversos níveis e modalidades e que se pretende expor criticamente neste trabalho.

Na Espanha, país com outro nível de desenvolvimento e com pouco mais de 40 milhões de habitantes, apresenta outro panorama, embora viva o mesmo problema da escassez de trabalho. Atualmente, uma das questões que urge corrigir é a taxa de evasão e o absentismo escolar, existentes também no Brasil. A evasão prematura, na Espanha, é das mais altas na Europa, deixando sem o ensino obrigatório, 31% dos jovens, a maioria sem o título mais básico de Educação Secundária Obrigatória. Este fenômeno, em parte, se explica pelo forte crescimento econômico da Espanha na última década o que favoreceu taxas de desemprego juvenil baixas, desincentivando a continuidade dos estudos de uma parte da população. Todavia, este panorama está merecendo a atenção cuidadosa das políticas públicas e já está em vias de mudanças.

O crescimento econômico se tornou menor, todavia, e aumentou o desemprego, particularmente o juvenil, que alcançou em 2008, a taxa mais alta da EU, em 23,6%. Diante desta gravidade, a escassez de emprego, uma população significativa abandonou o sistema educativo, sem qualificação para enfrentar sua futura vida profissional. Nesse contexto, foram produzidas políticas educativas para resolver este problema, que não só repercute no contexto escolar, mas na sociedade como um todo. Tomando como referência as observações da OCDE sobre como um sistema educativo flexível responde melhor à diversidade de circunstâncias e interesses dos estudantes, umas das novas alternativas para as administrações educativas são os Programas de Qualificação Profissional Inicial que permitirão voltar ao sistema educativo 50.000 estudantes, a fim de, aqueles alunos de 16 anos que não obtiveram o título, tenham a oportunidade de obter o título mediante a realização de um módulo voluntário.

Estas questões são analisadas, de forma comparativa, neste texto que se propõe a apresentar dados sobre esta problemática em dois países de portes e configurações diferentes, Espanha e Brasil, salvaguardando as especificidades de cada um deles que lhes dá o suporte para o seu desenvolvimento - o primeiro considerado “central” e o segundo de considerado “periferia” ou emergente -.

Num dos livros clássicos sobre a investigação, Hilker (1964) argumenta que não existe uma ciência comparada, mas uma metodologia comparada, tendo como pontos de balizagem, entre outros aspectos, experiências idênticas, mudanças convergentes, dispositivos comuns nacionais (GARCIA, 1998; GARRIDO, 2000; HANS, 1971).

Neste caso, segundo Meyer (2000), o objeto da educação comparada é, na sua gênese, constituído pelos sistemas nacionais de ensino, sendo tarefa do investigador descrevê-los entre si, assinalado as estruturas semelhantes ou dessemelhantes com base em documentos. É neste aspecto que reside a especificidade da investigação comparada, cujo método é descrito do seguinte modo:

O estudo dos vestígios pode ser considerado como uma forma de observação diferida, que por necessidade não interpreta diretamente o fenómeno que interessa, mas apenas algumas das suas conseqüências. Podem agrupar-se nesta categoria tanto a análise de documentos ou de estatísticas oficiais, como a análise de verdadeiros vestígios materiais. É o tipo de métodos ditos não reativos, visto que o investigador não intervém senão após a produção do fenómeno, não podendo, evidentemente, perturbá-lo (GHIGLIONE & MATALON (1997, p. 8).

Percebe-se, segundo os autores que o estudo dos fatos e fenómenos podem se constituir em excelente “matéria prima” para reflexões que possam ensejar novas decisões políticas e conseqüentes planejamentos mais aprimorados. Tal é a intenção dos autores.

O texto resulta de duas investigações realizadas nos dois países pelos pesquisadores/autores sobre as políticas públicas de formação. Utiliza-se do método histórico-crítico que permite detectar as contradições concretamente existentes. Analisa-se as diferenças entre os países, a partir dos processos históricos mais amplos - compreendendo a história como processo) - e da sua reconstrução como parte de uma determinada realidade complexa, aberta às transformações.

## **2. Políticas de formação para o mundo do trabalho: realidade e perspectivas no Brasil**

A relação educação e trabalho no Brasil, até mesmo a formação profissional das elites – diferentemente dos países da Europa – foi um fenómeno que se deu de forma tardia. Somente a partir de 1930 foi instituído, oficialmente, o ensino universitário no Brasil, com a criação das universidades de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, embora houvessem iniciativas isoladas, mas não reconhecidas pelo Governo Federal, como a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel em Pelotas fundada em 1883, a Universidade da Amazônia em 1904 e a Universidade Federal do Paraná em 1912. O acesso a essas escolas ficava restrito às classes economicamente favorecidas, que almejavam os títulos de doutores e bacharéis. Para a grande massa dos trabalhadores, a

educação permaneceu restrita a decisões de caráter assistencialista ou circunstanciais, uma vez que não havia qualquer política educacional definida. País de economia baseada na monocultura, mantida pela exportação de produtos agrícolas para as metrópoles, o Brasil tinha um sistema de produção inicialmente dependente de mão-de-obra escrava e, posteriormente, dos colonos imigrantes, circunstâncias que dispensavam qualificação profissional.

Portanto a formação para o trabalho inicia a ser uma preocupação que torna-se um princípio, tardiamente. Esta necessidade está explícita no art. nº 2 da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Todavia a defasagem desta formação se fez presente ao longo das últimas décadas. Atualmente, no sentido de “corrigir” esta defasagem, o MEC lançou em 24 de abril de 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), simultaneamente à promulgação do Decreto nº 6.094<sup>1</sup> – carro –chefe do Plano dispendo sobre o “Plano de Metas Compromisso todos pela Educação” objetivando investir na educação básica, na educação profissional e na educação superior por estarem, elas, ligadas, direta ou indiretamente, tentando envolver todos — pais, alunos, professores e gestores - em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência do aluno na escola. Este Programa que constitui-se numa política pública operacional<sup>2</sup>, obteve favorável recepção pela opinião pública, contando com a divulgação da imprensa e a adesão da sociedade civil, de um modo geral. Essa repercussão positiva deu-se pela grande expectativa de uma política que desse conta de resolver os níveis da qualidade do ensino ministrado em todas as escolas do país a fim de capacitar, efetivamente, para a cidadania e para o mundo do trabalho tal como o exarado na Carta Magna da Educação Brasileira.

O Plano concebe a educação como uma face do processo dialético que se estabelece entre a socialização e a individuação da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia. Visa, portanto, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo. Entende, ainda, que a educação formal pública é a cota de responsabilidade do Estado nesse esforço social mais amplo, que não se desenrola apenas na escola pública, mas tem lugar na família, na comunidade e em toda forma de interação na qual os indivíduos tomam parte, especialmente no trabalho, com forme reza a LDBEN.

---

O que o plano pretende garantir é que a escola pública e, em um nível mais geral, a política nacional de educação exigem formas de organização que favoreçam a individualização e a socialização voltadas para a autonomia.

Esta política – PDE – preconiza que investir na educação básica significa investir na educação profissional e na educação superior porque elas estão ligadas, direta ou indiretamente. Significa também envolver todos — pais, alunos, professores e gestores, em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência do aluno na escola. Desta forma, prevê acompanhamento e assessoria aos municípios com baixos indicadores de ensino. Quanto à educação profissional, a principal iniciativa do plano é a criação dos institutos federais de educação profissional, científica e tecnológica, destinados a funcionar como centros de excelência na formação de profissionais para as mais diversas áreas da economia e de professores para a escola pública. Os institutos serão instalados em cidades de referência regional, de maneira a contribuir para o desenvolvimento das comunidades próximas e a combater o problema da falta de professores em disciplinas como física, química e biologia.

Esta política que se configura no denominado PDE, composto de 30 ações do MEC, aparece como um guarda-chuva que abrange todos os programas em desenvolvimento por este ministério que ao lançar o PAC – Plano de Aceleração do Crescimento - incitou todos os ministérios a indicar as ações que se enquadrariam no referido Programa. Nesta mesma ocasião o MEC lançou o IDEB<sup>3</sup> – Índice de Desenvolvimento da Educação. Trata-se de ações sobre todas as áreas de atuação do MEC abrangendo os níveis e modalidades de ensino, além de medidas de apoio e infraestrutura. Para cumprir o exarado na Constituição da República Federativa do Brasil, o Plano destaca como princípio construir uma sociedade livre, justa e solidária e respeitando a ordenação territorial, suas diferenças e culturas. Assim o PDE constitui-se como um equalizador e estruturador das desigualdades educacionais, trabalhando paralelamente e concomitantemente a educação e o ambiente territorial.

Todavia, o que está sendo denominado de PDE consiste num aglomerado de 30 ações de natureza, características e alcance distintos entre si, o que coloca a seguinte questão: Porque este conjunto recebeu o nome de Plano? Pode-se notar que as 30 ações que compõem o plano – PDE – incidem sobre os aspectos previstos no Plano Nacional de Educação, sendo 17 dessas ações referidas à educação básica, cinco referidas à

educação superior, 17 referidas às diversas modalidades de ensino; e uma dedicada ao estágio se dirige simultaneamente ao ensino médio, educação tecnológica e profissional e educação superior. Não existe modalidade dirigida à educação indígena nem ao financiamento e gestão (Saviani 2007a).

Percebe-se que o PDE demonstra explicitamente o interesse do Poder Executivo nacional em repassar a titularidade e tutoria do ensino básico aos Municípios, mas de outra vertente temos a antiga e tradicional Teoria Geral do Estado sendo aplicada no Ensino Superior e no médio profissionalizante, onde o executivo federal continua mantendo o controle político desses dois níveis de ensino.

Na verdade, como bem analisa Saviani(2009) aplica-se uma política denominada de PDE desconsiderando o PNE ainda em vigência até 2010. a questão de sobrepor política governamentais nas já existentes, enfraquece a questão de pensar no Brasil e no Sistema Nacional de Educação a partir de políticas que por melhor que sejam às vezes não passam de “políticas compensatórias” um pouco aligeiradas.

Nos dizeres de SAVIANI (2007b)

O PDE pode ser visto como uma tentativa do governo de responder aos clamores da sociedade no que se refere aos graves problemas de qualidade da escola básica pública.....mas o Plano apresenta deficiências graves nas questões centrais do financiamento e do magistério. A base de sustentação financeira do Plano é o Fundeb, que, entretanto, não significou aumento dos recursos; ao contrário, se o número de estudantes atendidos pelo Fundo aumentou de 30 milhões para 47 milhões (56,6%), o seu montante passou de R\$ 35,2 bilhões para R\$ 48 bilhões, apenas 36,3%. A complementação da União também não implicou acréscimo. Antes, ela deveria entrar com pelo menos 30% de seu orçamento; ora, o orçamento do MEC para 2007, após o corte de R\$ 610 milhões imposto pela Fazenda, é de R\$ 9,130 bilhões, logo, 30% corresponderiam a R\$ 2,739 bilhões. No entanto, a complementação prevista da União para 2007 se limita a 2 bilhões. Quanto ao magistério, é consenso o reconhecimento de dois requisitos fundamentais: condições de trabalho e salário/formação. O PDE cuidou da questão salarial definindo um piso de R\$ 850,00, valor corrigido pela inflação sobre um salário de R\$ 300,00 proposto em 1994. Esse valor correspondia a 4,28 salários mínimos; em relação ao salário mínimo atual, representa 2,23 vezes. Além disso, prevê-se sua implantação gradativa, chegando apenas em 2010 aos R\$ 850,00. Significa importante aumento para as regiões em que os salários se encontram muito depreciados, mas é preciso ter presente que tais salários se referem, em geral, a jornadas de 20 horas semanais, enquanto o projeto do novo piso supõe uma jornada de 40 horas. Com relação às condições de trabalho, a questão principal, não contemplada pelo PDE, diz respeito à carreira profissional dos professores. Dever-se-ia propor a jornada integral em um único estabelecimento de ensino, para fixar os professores nas escolas, com presença diária e identidade com elas. E ainda destinar 50% da jornada para as aulas e o restante para permitir a participação do professor na gestão da escola, na elaboração do projeto pedagógico, nas reuniões de colegiado, no atendimento à comunidade e, principalmente, na orientação dos estudos do alunado em atividades de reforço. Para a formação docente, o PDE recorre à Universidade Aberta do Brasil (UAB), oferecendo cursos a distância de formação inicial e continuada dos professores. Não nego que o EAD possa ser utilizado com

proveito no enriquecimento dos cursos de formação de professores. Tomá-lo, entretanto, como a base desses cursos não deixa de ser problemático, pois arrisca converter-se num mecanismo de certificação antes que de qualificação efetiva. Esta exige cursos regulares, de longa duração, ministrados em instituições sólidas e organizadas preferencialmente na forma de universidades.

A partir do exposto vale reiterar que é necessário compreender e apreender o trabalho docente enquanto processo humano concreto, determinado pelas formas históricas de produção e reprodução da existência, o que implica em compreendê-lo como inscrito na totalidade do trabalho, tal como se objetiva no modo de produção capitalista.

Entende-se, ainda que a escola necessita ser interpretada não como o espaço totalmente controlado pelo capital, nem tampouco como o terreno da plena realização, mas como lugar contraditório da reprodução e contestação.

### **3. Políticas de formação para o mundo do trabalho: realidade e perspectivas na Espanha.**

Na Espanha, atualmente, o diagnóstico da situação de trabalho e educacional é considerada preocupante, devido a um conjunto de fatores fatídicos. Por um lado, se dá um aumento da escassez de trabalho provocado pelo crescimento do desemprego, particularmente para os jovens, alcançando no primeiro semestre de 2008, a taxa mais alta da União Européia disparando ao nível de 23,6%<sup>4</sup>. Por outro lado, acentuou-se a tradicional desconexão entre os conteúdos da Formação Profissional e as capacidades necessárias para o desenvolvimento de uma profissão. Esta realidade é devido à inexistência de uma colaboração entre os diferentes ministérios responsáveis por estas questões, o da Educação por um lado e o do Trabalho por outro, no sentido do receio de ver ameaçadas suas cotas de poder.

Se os professores não acreditavam na formação que era dada nas empresas e sindicatos, estes criticavam a desconexão entre o que se ensinava na formação profissional regular e o conhecimento necessário para desenvolver uma profissão. Finalmente, o último fator a ser considerado como relevante é a existência de uma ampla população estudantil que abandonou o sistema educativo sem uma qualificação mínima para enfrentar com qualidade e garantia seu futuro mundo do trabalho nas atuais condições em que se encontra a Espanha.



Frente a crise e a perda de emprego, e com o objetivo de atender esse gigantesco grupo de jovens que deixaram de estudar depois da ESO, objetivando que se animem a retomar sua formação, as Administrações trataram de abordar a modernização da Formação Profissional mediante um plano que inclui a FP<sup>5</sup> regulada e a formação contínua e ocupacional com um tronco comum, isto é, que a formação que se oferece em cada uma delas seja similar e permita aos estudantes ou trabalhadores que desejam seguir estudando passar de uma a outra. Do conjunto de estratégias elaboradas no núcleo se encontra os Programas de Qualificação Profissional Inicial (PCPI).

Os PCPI<sup>6</sup> é uma das grandes novidades que foi introduzida em 2008 permanecendo em curso em 2008/09 constituindo-se em uma oferta formativa básica adaptada às necessidades específicas do alunado. O objetivo é desenvolver as capacidades e as destrezas suficientes para que eles alcancem as competências profissionais próprias de uma qualificação de nível 1, de acordo com o Catálogo Nacional de Qualificações Profissionais e tenham a possibilidade de uma inserção sócio-laboral satisfatória de acordo com suas possibilidades e expectativas pessoais. Com estes Programas a administração pública pretende que em torno de uns 50.000 alunos retornem ao sistema educativo.

Podem candidatar-se a estes programas:

- Formação Profissional Jovens preferentemente escolarizados, que aspiram uma inserção profissional mais imediata e que poderiam continuar sua formação nos programas ofertados nos centros educativos ordinários<sup>7</sup>
- Jovens escolarizados que se encontram em grave risco de abandono escolar, sem titulação e/ou com um histórico de absentismo escolar devidamente documentado.
- Jovens desescolarizados sem titulação alguma e que demonstrem interesse por incorporar-se ao sistema educativo.
- Jovens com necessidades educativas especiais associadas a condições pessoais de incapacidade ou transtornos graves de conduta que tenham cursado a escolarização básica em centros normais ou em centros específicos de educação especial.

Com o objetivo de atender os diferentes grupos de jovens, se estabeleceu uma série de modalidades de Programas de Qualificação Profissional Inicial que estão dispostos

no quadro 1, abaixo. Cada modalidade está associada a um centro que é o responsável por oferecer o referido tipo de formação. Para ilustrar como exemplo, no caso das Oficinas de Qualificação, a obrigação de fazer acontecer a formação recai sobre a administração pública, entidades empresariais e ONG's sem finalidades de lucro. Para a modalidade de Aula Profissional, os centros educativos ordinários ficam sendo os responsáveis.

QUADRO 1 MODALIDADES DE PCPI E RESPONSÁVEIS PELA FORMAÇÃO

	Responsáveis pela formação
As oficinas de qualificação profissional inicial	Administrações públicas, entidades empresariais, ONG com experiência educativa e sem finalidade de lucro.
Oficina Específica	Centros educativos ou entidades sem fins lucrativos com experiência em inclusão social e laboral de pessoas com incapacidades.
Aula Profissional	Centros educativos ordinários.

Justamente no período 2008-2009 foi posto em marcha o pilar básico que acompanha estes programas, o sistema nacional de qualificações. O sistema consiste em descrever o que deve saber fazer, por exemplo, um electricista, um hoteleiro, etc. Cada uma das qualificações se divide, por sua vez, em tarefas menores (as unidades de competência) que é o que se avalia nas creditações e o que se deve ensinar em cada disciplina da FP e em cada certificado de profissionalização. Já foram definidas 600 qualificações elaboradas em colaboração entre os Ministérios, os sindicatos e as empresas, das que **para o curso académico 2008-2009 foram ofertadas pelo Ministério de Educação Política Social e Esporte (MEPSYD) num total de 22 programas** agrupados em **distintas gamas profissionais**.

Pode-se observar no quadro 2, que se persegue indubitavelmente uma adequação entre a demanda de qualificação e a oferta formativa.

QUADRO 2. PROGRAMAS PCFI OFERTADOS PELO MEPSYD E ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL

PROGRAMA		
AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
Atividades auxiliares em viveiros, jardins e parques	Auxiliar de Alvenaria, Reformas e Urbanização	Auxiliar de alojamentos turísticos e catering

Operações auxiliares de agricultura e transformação	Auxiliar de pintor especialista em gesso	Auxiliar de equitação e de criação de gado
	Ajudante de instalações eletrotécnicas e de comunicações	Auxiliar de serviços de restauração
	Operações auxiliares de manutenção de veículos	Ajudante de cozinha
	Operário de carpintaria	Auxiliar de oficina e gestão administrativa
	Operário de cortiça	Auxiliar informática
	Operário de encanamento, calefação e climatização doméstica	Auxiliar de cabeleiros
	Operário de solda carpintaria metálica e de pvc	Auxiliar em técnicas estéticas
	Reparador de calçado e couro e criação de pequenos artigos de guarnição	Operações de cortinas e complementos de decoração
	Tapeçaria	Operações de lavanderia e consertos de artigos têxteis
	Vidreiro	

Na administração pública de Espanha, parte-se da idéia que para a implantação com êxito destas medidas é necessário o compromisso e a formação do professorado. Assim, se estão elaborando novos modelos de formação permanente com o fim de responder às demandas que provocam estes programas. Por isto, o Ministério exige para, oferecer nas diferentes modalidades dos programas de qualificação profissional, além da titulação requerida por lei, atender a cursos de formação permanente.

Deste modo e devido à complexidade dos PCPI, a resposta dada para formar os professores é diversificada. Estas medidas se agrupam em quatro modalidades gerais: cooperação, formação, novos recursos e organização.

- Quanto à cooperação são elaborados cursos, seminários, jornadas, grupos de trabalho, etc.
- Quanto à formação, é dado apoio à ação educativa entre outras visando a melhor competência didática.
- O uso de novos recursos: incentivam-se novos projetos de inovação; a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação, sua integração didática, etc.
- Quanto à organização: se incentiva a autonomia dos centros e a aplicação de modelos de qualidade e gestão eficazes e organização dos centros de professores.

### **Considerações finais**

As duas realidades apontam as deficiências e ou adaptações históricas no que concerne à formação para a cidadania que inclui a formação profissional. O Brasil,

quanto à relação educação e trabalho, pode-se afirmar que as próprias características do modo capitalista de produção historicamente foram favoráveis ao surgimento da necessidade de formação do trabalhador. Isso aconteceria porque esse modelo produtivo, além de requerer adestramento mínimo da linha de produção, precisa contar com um quadro de gerência e de supervisão bem preparado. Não causa estranheza, portanto, o fato de que a educação profissional tenha ficado, inicialmente, a cargo das universidades, responsáveis pela preparação das classes dirigentes, dos profissionais liberais, dos funcionários das médias gerências e dos representantes da burocracia.

A política educacional encetada pelo atual governo avança no que vinha sendo desenvolvido anteriormente. Está voltada compromissada com as classes populares, Todavia, merece análise sobre seu conteúdo e desenvolvimento. Percebe-se o não compromisso específico com a preparação para o mundo do trabalho numa sociedade sem trabalho ou cada vez mais escasso. Constata-se, ainda, que o PDE não constitui-se num pano em decorrência do Plano Nacional de Educação atualmente em vigor. Constitui-se em um conjunto de ações que se revelam como estratégias para a realização dos objetivos do PNE.

O que o PDE contém de promissor é a preocupação em dar conta do problema educativo da educação básica brasileira através de três programas: IDEB, Provinha Brasil e o piso do magistério que tem como horizonte ser elevado para 850,00 reais (hoje em torno de 240 euros).

Pergunta-se: e o trabalho como produção da existência humana e sua realização? Nenhuma medida concreta está em desenvolvimento nesse sentido, embora o atual governo seja oriundo da classe dos trabalhadores. Que medidas estão sendo tomadas para criação de empregos e novas fontes de produção da existência pela ação efetiva e competente do trabalho humano? Urge atacar essa necessidade que se constitui na maior necessidade no mundo hodierno.

Na sociedade globalizada e do conhecimento, que já é uma realidade e que vai substituindo paulatinamente a circunscrita ao âmbito nacional, as tecnologias de larga vigência e a qualificação do trabalho, isto é, dos trabalhadores, se converte na chave do futuro da sociedade e, sobretudo, das classes mais vulneráveis. No atual contexto de recessão econômica e educativa parece que a Formação Profissional tende a recuperar a dignidade e se postula como a resposta que oferecerá as garantias mínimas educativas para aqueles que necessitam melhorar suas expectativas laborais através da formação.

Nesse sentido foi elaborado, na Espanha, um plano de modernização da FP que pretende corrigir as deficiências que arrastava este itinerário educativo nas últimas décadas, adequar-lo às novas exigências do mercado laboral. Para isto, acertadamente, foi feito acordo de colaboração necessária entre os Ministérios da Educação e do Trabalho, o que tem permitido ajustar a oferta formativa à demanda de qualificação em serviço. Ainda que este ajuste provoque à Administração que se desprenda, pelo menos em parte, do monopólio absoluto no ensino e na formação, dando relevância a outros agentes formativos provenientes do mercado. E, por outro, que os professores não só deverão intensificar sua formação de acordo com os conhecimentos requeridos nos postos de trabalho demandados, mas que devido ao perfil do alunado à que se dirigem as medidas se verá obrigado a melhorar suas competências didáticas.

Assim, ainda que as oitenta mil praças previstas para atender os programas PCFI supõem oferecer esta alternativa a um de cada 12 jovens de 15 a 16 anos, quando o abandono escolar afeta um em três, portanto são, todavia, manifestamente insuficientes. Todavia, constituem num primeiro passo na necessidade de oferecer melhores oportunidades aos setores sociais mais vulneráveis neste momento de crise que ainda é muito grave e esta política, mesmo que a passos largos ainda é embrionária para se avaliar como exitosa. Oportunidades que se estão levando a cabo mediante uma maior presença do mercado em esferas exclusivas do Estado como é a educação e a formação.

Michael Walzer afirma:

O cidadão que se respeita é uma pessoa autônoma. Eu não quero dizer autônoma no mundo: nem sei o que isso envolveria. Ele é autônomo em sua comunidade, um agente livre e responsável, um membro participante. Imagino-o como o sujeito ideal de uma teoria da justiça.

Tanto na Espanha como no Brasil, os resultados dos estudos realizados evidenciam que urge demandar um novo ordenamento social. A educação é uma instituição necessária à emancipação humana e à autonomia acima apontada. A educação necessita, também, incorporar a população a todo tipo de transformação social, efetiva, que se pretenda. Daí a importância do conhecimento científico trabalhado rigorosamente a fim de propiciar uma sólida formação que possibilite a todo o ser humano a realização profissional e pessoal enquanto cidadão.

Enfim, a formação de qualidade garantida a toda a população em todos os países do mundo é o instrumento potencial para a compreensão deste empreendimento histórico, pois como é sobejamente conhecido, se a educação é incapaz de mudar a sociedade desigual em que se vive, ela é fonte relevante e significativa para compreensão dos fundamentos da desigualdade e para a geração de uma nova institucionalidade no mundo hodierno.

---

#### Notas

<sup>1</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<sup>2</sup> Política é entendida neste texto como define FERREIRA (2008,p.97) “Fixação de valores constituindo declarações intencionais e operacionais”.

<sup>3</sup> Indicador de qualidade educacional criado pelo INEP ( O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação ) - em 2007, combina informações de desempenho em exames e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil (idealizada para produzir informações sobre o ensino oferecido por município e escola, individualmente,

<sup>4</sup> ESO: Educación Secundaria Obligatoria. Equivale, no Brasil, ao Ensino Médio

<sup>5</sup> Formação Profissional

<sup>6</sup> Programa de Cualificación Profesional Inicial

<sup>7</sup> Denominação dada aos Centros Educativos Escolares regulares na Espanha.

#### Referências

BRASIL, “Lei n °, 9.394 de 20.12.96. Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional” In: Diário Oficial da União, Ano CXXXIV, n ° 248, de 23.12.96, pp.27.833-27.841.

BRASIL, MEC. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: Secretaria da Presidência da República.2007

ENGUITA, F. M. “El desafío de la educación en la sociedad del conocimiento”, Gaceta Sindical, Reflexión y debate 10, Conferencia Sindical Comisiones Obreras, Julio.2008

ESPAÑA. LEY ORGÁNICA 2/2006, de 3 de mayo, de Educación. BOE núm. 106, Jueves 4 mayo 2006.

ESPAÑA ORDEN ECI/2755/2007, de 31 de julio, por la que se regulan los programas de cualificación profesional inicial que se desarrollen en el ámbito de gestión del Ministerio de Educación y Ciencia. BOE núm. 231 Miércoles 26 septiembre de 2007.

---

ESPAÑA Plan Regional de Formación Permanente del Profesorado del principado de Asturias.

ESPAÑA Plan Regional de Formación Permanente del profesorado 2007-2011, Comunidad de Cantabria.

ESPAÑA Plan Regional de Formación del Profesorado, Consejería de Educación de la Junta de Castilla y León.

FERREIRA, N.S.C. A gestão da educação e as políticas de formação de profissionais da educação: desafios e compromissos In: FERREIRA, N.S.C. *Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios*. 6ª ed. S. Paulo: Cortez Editora, 2008.

FIDALGO, F. & MACHADO, L. Dicionário da Educação Profissional. Belo Horizonte: NETE/UFMG. 2000

FRIGOTTO, G.. No Brasil falta trabalho e não trabalhadores. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 5, n. 27, p. 5-14. 1999.

GARCIA, J. *Educación comparada: fundamentos y problemas*. Madrid: Editorial Dykinson, 1982.

GARRIDO, J. La educación comparada como crítica a una tradición científica legitimadora. In: L. Bonilla-Molina *Educación comparada, identidades y globalización*. Caracas: IESALC/UNESCO; SVEC; IPRGR-UPEL, 2000.

GHIGLIONE, R.; MATALON, B. *O inquérito. Teoria e prática*. Oeiras: Celta, 1997.

HANS, N. *Educación comparada*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

HILKER, F. *What can the comparative method contribute to Education?* CER, VII, 3, 1964.

MEYER, J. Globalização e currículo. Problemas para a teoria em Sociologia da Educação. In: NÓVOA, A e SCHRIEWER, J (eds.). *A difusão mundial da escola*. Lisboa: Educa, pp. 15-32, 2000.

SAVIANI, D.(2007a) O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto MEC. *Educação e Sociedade*. Vol 28. Nº 100 -Especial.2007ª.

SAVIANI, D. PDE - *Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise crítica da política do MEC*. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. Entrevista ao Sinpro sobre o PDE In: *Expressão Sindical – Sinpro/Guarulhos*, 17/09/07.2007b.

---

WALZER, M. *Just and Injust Wars*. N ova York: Basic books, 1977.

**Bases de datos consultadas:**

APNE, Sindicato independiente.

<http://www.laprovincia.es>

<http://www.mepsyd.es>.

<http://portal.mec.gov.br/pde/>